

# Uma velha questão

- 2 SET 1985

CORREIO BRAZILIENSE

Nesta já longa discussão que se trava em torno dos **jetons** pagos a senadores e deputados, com repercussão negativa para o Poder Legislativo, acredita-se que as coisas ainda não foram colocadas nos seus devidos termos.

Ninguém põe em dúvida o difícil e tumultuado trabalho que se exige do parlamentar federal. Cumpre tarefas nada invejáveis. Não se beneficia do direito à privacidade e poucos são os que têm a fortuna de usufruírem lazer ao menos nos domingos. Diuturnamente, deputados e senadores são atropelados por seus exigentes cabos eleitorais, sofrendo a cada dia o risco de perderem preciosos votos, necessários à reelaboração, se não atenderem às exigências e pedidos que batem às suas portas. Se não visitam suas bases eleitorais, são massacrados, em pouco tempo, pelos avanços e intrigas dos adversários.

Enfim, haja dinheiro para seus deslocamentos e para o atendimento dos pedidos irrecusáveis.

No Congresso, o parlamentar é acumulado de tarefas que superam suas potencialidades físicas e intelectuais. Especialmente no Senado, as atribuições deferidas a seus membros, compondo simultaneamente várias Comissões Técnicas e outros órgãos parlamentares, são praticamente inviáveis, em termos de eficiência.

A vida difícil do político, contudo, nada tem a ver com o **jeton** que lhe é devido. Enquanto não se alterar o § 3º do art. 33 da Consti-

tuição — o que provavelmente ocorrerá com a Constituinte —, o **jeton** “corresponderá ao comparecimento efetivo do congressista e à participação nas votações”.

Os Regimentos Internos da Câmara e do Senado procuraram atenuar os rigores da Constituição e oferecer interpretações mais generosas à definição do que seja “comparecimento”. Mesmo assim, está expressamente estabelecido nos citados Regimentos o disciplinamento do pagamento de **jetons**.

Na Câmara: 1) o deputado que não votar, mesmo tendo comparecido à sessão, terá a diária descontada, a não ser que se tenha declarado impedido; 2) fará jus ao **jeton** se estiver fora da Câmara, a serviço desta, em Comissão Externa constituída na forma regimental, ou a serviço da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas; 3) terá o mesmo direito se estiver participando de campanha eleitoral, por período a ser fixado, na época própria, em resolução especial; 4) o deputado também será beneficiado na última sessão legislativa de cada Legislatura, no mês que precede as eleições que se constituirá nova Legislatura do Congresso, se a Mesa, por deliberação do plenário, designar por prazo certo, para Ordem do Dia, “Trabalho das Comissões”.

No Senado, as normas disciplinadoras do **jeton** são mais ou menos equivalentes às da Câmara, embora um dos seus dispositivos — § 1º do art. 13 do Regimento —

cometa o pecado constitucional de só descontar a diária do senador “que deixar de comparecer às sessões ordinária do mês”. Isto é, se comparecer a uma única sessão, terá direito às de todo o mês...

Fora isso, não há como se fugir à triste verdade de que o **jeton** pode ser pago ao parlamentar ausente. O chamado “esforço concentrado”, fora dos períodos regimentais predeterminados, é um subterfúgio que agride impiedosamente a preceituação constitucional.

Ora, pode até acontecer que grupos interessados, de má fé, estejam aproveitando uma oportunidade estratégica para ativar a massacrante campanha demeritória contra o Congresso.

Final, não são poucos os interessados que, de forma leviana e impatriótica, buscam achincalhar os atuais parlamentares na esperança de que possam substituí-los nas próximas eleições. Fenômeno, aliás, que sempre ocorreu no passado, agora ampliado pela perspectiva de um Congresso que se fará forte e prestigiado com a recuperação das suas tradicionais prerrogativas.

O que não se pode subestimar é que, entre os críticos das situações anômalas, também se encontram aqueles, bem intencionados, que desejam tão-somente que o respeito às normas constitucionais comece pelos legisladores que as elaboraram.